

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2012

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em 29 de fevereiro de 2012, o Banco Original vendeu integralmente para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a Matone Participações S.A. a rede de lojas Bem Vindo e todos os sistemas e processos necessários à realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta.

Com a venda da rede de lojas Bem-vido ao Banrisul, o Banco Original deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados e se prepara para direcionar seus esforços para as demais carteiras comerciais, de crédito, de financiamentos e de crédito rural. Além disso, conta com uma mesa de operações com profissionais experientes, tornando posições proprietárias e direcionais em taxas de juros e diferencial de preços, dentro dos limites exigidos pela legislação em vigor.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

cenário Econômico

Contexto Macroeconômico

A primeira metade do ano mostrou dois momentos distintos, pois os primeiros meses viram uma série de medidas para encaminhar a crise de dívida na Grécia, como apoio financeiro dos governos e a troca da dívida com os bancos sob forte desconto. Os indicadores de crescimento global também preservavam algum momento da aceleração registrada ao final do ano passado. A passagem para o segundo trimestre mostrou que o eleitorado na Grécia dá um apoio duplo ao forte ajuste fiscal, o que restabelece o risco da Grécia sair do euro e contagiou o mercado de títulos de países como a Espanha, ao ponto de ser necessário um pedido de ajuda externa para a capitalização de alguns bancos. Os indicadores globais também mostram uma desaceleração generalizada do crescimento, tanto na Europa, como nos Estados Unidos e na Ásia. A desaceleração levou a respostas de política econômica com reduções de juros na Europa, China, outros países, além da extensão da operação Twist nos Estados Unidos.

No Brasil, a trajetória de queda da produção industrial se manteve durante todo o semestre e a quebra na safra de culturas importantes, como a soja, levou à perspectiva de crescimento do PIB deste ano a um nível muito baixo. A taxa de desemprego continuou no seu nível mínimo e os salários seguiram crescendo, mas o crescimento do consumo não foi capaz de reverter os efeitos da redução do investimento e dos estoques. O governo anunciou mais medidas de estímulo, como o incentivo a compra de veículos, mas o crescimento não se recuperou de forma significativa ao longo dos meses. A inflação anual recuou e a política monetária seguiu refletindo o cenário de menor crescimento e inflação em queda, acontecendo, inclusive, a aceleração dos cortes da taxa Selic em determinado momento. As taxas de juros de mercado recuaram com mais força, especialmente no segundo trimestre, enquanto a taxa de câmbio se desvalorizou como reflexo do juro mais baixo no Brasil, controles para a entrada de capital e do pior do ambiente internacional a partir de meados do semestre.

O preço das commodities agrícolas e da carne bovina mostrou trajetórias distintas. O preço da soja passou o semestre em alta, reflexo da menor safra brasileira, enquanto o preço do milho recuou pela grande safra no Brasil e não teve tempo para refletir a alta do preço internacional ao final de junho. O preço da carne bovina passou o semestre em queda, reflexo do clima mais favorável para a engorda no pasto e de exportações e consumo doméstico mais contidos.

Desempenho nos Negócios

Em 2012, o Banco apresentou lucro líquido no semestre de R\$ 168.308, contra um prejuízo de R\$ 106.384 apresentados no mesmo semestre de 2011, com retorno sobre o patrimônio líquido anualizado de 19%. O Total de Ativos atingiu R\$ 3.244.791 (2011 - R\$ 1.294.423) enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do período foi de R\$ 1.942.423 (Capital Social - R\$ 1.997.408, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$ 15.385, Prejuízos Acumulados - R\$ (238.678) e Lucro Líquido do semestre - R\$ 168.308). A carteira de crédito ao término do semestre situou-se em R\$ 466.793 e o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 20.525, correspondente a 4,40% da carteira total, em conformidade com a resolução CMN 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do semestre R\$ 3.457.654 (2011 - R\$ 1.140.166), com crescimento de 203% quando comparado ao mesmo período de 2011. Este aumento está condizente com os objetivos do Banco de crescimento para sustentação de suas operações de crédito.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2012 e 2011

ATIVO	(Em Milhares de Reais)	
	30/06/2012	30/06/2011
ATIVO CIRCULANTE	2.700.347	560.035
DISPONIBILIDADES	176	354
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 4)	42.822	77.243
Aplicações no Mercado Aberto	20.502	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.640	77.243
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	2.394.807	163.740
Carteira Própria	1.731.272	121.564
Vinculados a Operações Compromissadas	581.512	41.912
Vinculados a Prestação de Garantias	82.023	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	264
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.362	385
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	161	351
Créditos Vinculados - Depósitos no BACEN	41	34
Relações com Correspondentes	1.160	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	135.316	240.201
Empréstimos	130.967	285.690
Financiamentos Imobiliários	14.854	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.505)	(45.489)
OUTROS CRÉDITOS	93.917	63.522
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	-	4.427
Negociação e Intermediação de Valores	289	-
(-) Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.070)	-
Diversos (nota 7)	96.698	59.095
OUTROS VALORES E BENS	32.627	14.590
Outros Valores e Bens (nota 9)	40.479	-
(-) Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 9)	(15.488)	-
Despesas Antecipadas	7.636	14.590
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	418.290	586.899
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 4)	3.473	1.352
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.473	1.352
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	-	103.556
Carteira Própria	-	103.556
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	310.952	259.800
Empréstimos	308.769	264.770
Financiamentos Imobiliários	12.203	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.020)	(4.970)
OUTROS CRÉDITOS	103.865	174.879
Diversos (nota 7)	103.865	174.879
OUTROS VALORES E BENS	-	47.312
Outros Valores e Bens (nota 9)	-	18.440
Despesas Antecipadas	-	28.872
PERMANENTE	126.154	147.489
IMPATIMENTOS	120.938	140.213
Participações em Controladas - no País (nota 10.3)	120.326	139.629
Títulos Patrimoniais	401	-
Outros Investimentos	203	584
IMOBILIZÁVEL DE USO (nota 11)	4.984	6.167
Outras Imobilizações de Uso	11.522	11.468
(-) Depreciações Acumuladas	(6.538)	(5.301)
DIFERIDO	240	1.109
Gastos de Organização e Expansão	1.067	2.779
Reorg. Adm. e/ou Reestr. e Mod. de Sist. Operac.	160	-
(-) Amortizações Acumuladas	(987)	(1.670)
TOTAL DO ATIVO	3.244.791	1.294.423

PASSIVO	(Em Milhares de Reais)	
	30/06/2012	30/06/2011
PASSIVO CIRCULANTE	1.042.656	664.899
DEPÓSITOS (nota 12)	257.027	279.287
Depósitos à Vista	2.061	978
Depósitos a Prazo	219.445	267.790
Depósitos Interfinanceiros	35.521	10.519
CAPTACÕES NO MERCADO ABERTO	575.000	41.855
Carteira Própria	575.000	41.855
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (nota 13)	7.340	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	7.340	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	379	362
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	379	362
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	55
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	55
OUTRAS OBRIGAÇÕES	202.910	343.340
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	517
Fiscais e Previdenciárias	83.548	4.002
Negociação e Intermediação de Valores	490	-
Diversas (nota 14)	118.872	338.821
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	259.712	547.165
DEPÓSITOS (nota 12)	259.712	514.955
Depósitos Interfinanceiros	-	31.059
Depósitos a Prazo	259.712	483.896
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	-	36
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	36
OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	32.174
Diversas (nota 14)	-	32.174
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.942.423	82.359
Capital Social (nota 16)	1.997.408	280.333
Ajustes de Avaliação Patrimonial (nota 16)	15.385	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(70.370)	(197.974)
TOTAL DO PASSIVO	3.244.791	1.294.423

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	150.960	129.373	-	(91.590)	188.743
Prejuízo do Semestre	-	-	-	(106.384)	(106.384)
Saldos em 30 de junho de 2011	150.960	129.373	-	(197.974)	82.359
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.997.408	-	25.640	(238.678)	1.784.370
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(10.255)	-	(10.255)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	168.308	168.308
Saldos em 30 de junho de 2012	1.997.408	-	15.385	(70.370)	1.942.423

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Original S.A. (Banco), atual razão social do Banco Matone S.A., é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de crédito rural.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS: As informações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por moeda nacional e são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Em 30 de junho de 2012 também estavam representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Composição

	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades em moeda nacional	176	354
Aplicações interfinanceiras de liquidez	20.502	-
Total	20.678	354

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.3. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** **3.3.1. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, as instituições financeiras devem classificar os títulos e valores mobiliários, nas seguintes categorias: • Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado; • Títulos disponíveis para venda - São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial"; e • Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

3.3.2. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos designados como partes de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedg*e) podem ser classificados como: **a) Hedge** de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedg*e e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado. **b) Hedge** de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedg*e e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, em conta destacada do patrimônio líquido. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam os critérios de *hedg*e contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, não contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedg*e cujos prazos e taxas são iguais aos do objeto de *hedg*e não são contabilizados a valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/2002. **3.4. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 (seis) meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito, inclusive sobre as operações cedidas com coobrigação. **3.5. Despesas antecipadas:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos e investimentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens", sendo representadas basicamente por comissões pagas aos correspondentes bancários sobre as contratações de operações de crédito. Dessa forma, essas comissões são registradas no ativo e, apropriadas ao resultado, simultaneamente quando se correlacionarem com as receitas decorrentes das operações de crédito que a originaram, tendo em vista os prazos dos contratos para as operações de crédito próprias e, para as operações de créditos cedidas, as comissões são apropriadas no período em que são cedidas. **3.6. Demais ativos circulares e realizáveis a longo prazo:** Os demais ativos circulares e realizáveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias até a data do balanço, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou para ajuste ao valor de mercado. **3.7. Permanente:** Os investimentos nas empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal, e são atualizados na data base do balanço pelo seu valor patrimonial com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado. O imobilizado é registrado pelo custo. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas anuais determinadas em função do prazo de vida útil econômica estimado dos bens. As taxas médias de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. O diferido está representado por gastos pré-operacionais decorrentes da implantação da carteira de crédito imobiliário e da criação de canais para operacionalização dos créditos consignados, e está registrado ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de 5 anos.

3.8. Depósitos a prazo e interfinanceiros: Os depósitos a prazo estão representados exclusivamente

por certificados de depósitos bancários (CDB) pré ou pós-fixados e por depósitos a prazo com garantia especial (DPGE), remunerados a taxas de mercado. Os CDBs e os DPGEs pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate deduzido dos encargos a apropriar e, os CDBs e os DPGEs pós-fixados pelo valor captado acrescido dos encargos até a data do balanço. Os depósitos interfinanceiros pós-fixados estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos até a data do balanço. **3.9. Demais passivos circulares e exigíveis a longo prazo:** Os demais passivos circulares e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar. **3.10. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, o qual dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), o Banco testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas. As perdas reconhecidas até 30 de junho de 2012 em relação ao valor recuperável dos ativos estão registradas no balanço patrimonial na rubrica "Provisão para desvalorizações". Vide nota explicativa nº 9. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social é alíquota de 15% calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado conforme normas fiscais estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real. Os créditos tributários sobre as diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. São créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **3.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, o qual dispõe sobre provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. As provisões para passivos contingentes conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos trabalhistas, tributários ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da Administração e de seus assessores legais. Tais provisões podem sofrer alterações no futuro devido a mudanças relacionadas ao andamento de cada processo. Os passivos contingentes cuja possibilidade de ocorrer qualquer desdobramento na liquidação desses passivos não seja provável, são divulgadas nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2012 e de 2011. **3.13. Partes relacionadas:** O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações referem-se, principalmente, a depósitos em conta corrente, aplicações financeiras, e prestações de serviços de correspondentes. **3.14. Resultado das operações:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de recebimento, e as receitas e despesas correspondentes ao período pré-fixado são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **3.15. Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ:

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2012	30/06/2011
Aplicações no Mercado Aberto					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	4.701	-	-	4.701	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	15.801	-	-	15.801	-
Aplicações em Depósito Interfinanceiros					
CDI - Pós	1.518	20.084	3.473	25.075	78.017
CDI - Crédito Rural PRONAF	-	38	-	38	578
Total	22.020	20.122	3.473	45.615	78.595

As aplicações interfinanceiras encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os CDI's na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:

5.1. Títulos e valores mobiliários classificação por título, valor de mercado e curva:

Títulos para negociação - Carteira Própria	Valor de curva/ contrato	Ajuste a Mercado	Total	30/06/2012	30/06/2011
Títulos Públicos Federais - Livres					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.143.687	11.819	1.155.506	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	105.095	37	105.132	53.018	-
Total	1.248.782	11.856	1.260.638	53.018	-

Disponível para venda - Contas de fundos - Carteira Própria

Valor de curva/ contrato	Ajuste a Mercado	Total	30/06/
--------------------------	------------------	-------	--------

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2012 e 2011

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA:

	30/06/2012	30/06/2011
6.1. Composição por produto:	439.736	479.743
Empréstimos	60.587	-
C.P.R.	60.587	-
Capital de giro	105.357	58.704
CCB	135.760	81.267
Empréstimo Consignado	138.032	339.772
Outros Financiamentos	27.057	70.717
Financiamento Imobiliário	14.926	50.219
Financiamento Habitacional	12.131	20.498
Total da carteira de crédito	466.793	550.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.525)	(50.459)
	446.268	500.001

6.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A abertura da posição "A vencer" e "Vencida" refere-se às parcelas dos contratos vigentes em 30 de junho de 2012. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Nível de Risco	30/06/2012			30/06/2011		
	a Vencer	Vencida	Carteira	Provisão	Provisão	
AA	47	-	47	-	-	
A	206.598	-	206.598	1.033	1.394	
B	60.682	17.655	78.336	783	314	
C	157.498	4.023	161.521	4.846	1.020	
D	166	3.296	3.462	346	586	
E	23	2.261	2.284	685	1.006	
F	17	2.195	2.212	1.106	1.401	
G	110	1.914	2.024	1.417	13.039	
H	1.364	8.945	10.309	10.309	31.699	
Total	426.505	40.288	466.793	20.525	50.459	

	30/06/2012	30/06/2011
Saldo Inicial	166.572	57.275
Constituição	18.648	27.669
Reversão	(4.045)	(34.485)
Baixa Prejuízo	(160.650)	-
Saldo final	20.525	50.459
Provisão para crédito cedidos com coobrigação	30/06/2012	30/06/2011
Saldo Inicial	47.289	-
Reversão	(29.534)	-
Constituição	-	54.057
Saldo Final	17.755	54.057
Provisão outros créditos	30/06/2012	30/06/2011
Saldo Inicial	7.428	-
Constituição	-	30
Reversão	(4.388)	-
Saldo Final	3.070	-

A provisão constituída para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada no Balanço Patrimonial na rubrica "Outras obrigações - diversas" no montante de R\$ 17.755 (R\$ 54.057 em 2011). A provisão constituída para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos, está registrada no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" no montante de R\$ 3.070 (R\$ - em 2011). O total de recuperação no semestre foi de R\$ 38.792 (R\$ 1.110 em 2011) e não houve renegociação nos períodos. No semestre o volume da carteira cedida sem coobrigação, com instituições financeiras, representa R\$1.822.166 (R\$231.279 em 2011 cedidos para fundos e instituições financeiras). O saldo de operações de crédito cedido com coobrigação em 30/06/2012 é de R\$ 319.439 (R\$1.221.061 em 2011).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS:

	30/06/2012	30/06/2011
Composição	23.543	5
Impostos e contribuições a compensar	4.799	4.662
Imposto a compensar Ficrisa (a)	142.080	164.583
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.2)	11.074	9.005
Valores a receber de correspondentes bancários (b)	1.169	21.069
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 22)	5.113	3.552
Devedores para depósito em garantias	333	217
Adiantamentos diversos	615	130
Devedores por compra de valores e bens	2.998	7.088
Títulos e Créditos a receber	2.783	369
Convênios	6.056	23.204
Diversos	200.563	233.974

a) Impostos e contribuições diversos a compensar - Esse montante refere-se principalmente ao PIS (Programa de Integração Social) e à COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) a compensar, oriundos da incorporação da Ficrisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

b) Esse montante refere-se principalmente a valores de contratos de empréstimos consignados originados em desacordo com as normas estabelecidas pelo Banco e a valores de empréstimos liquidados pelo cliente, onde os valores foram depositados em juízo pelo correspondente.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

Em 30 de junho de 2012 e de 2011, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias", respectivamente.

8.1. Movimento dos créditos e débitos fiscais diferidos de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS:

	30/06/2012	30/06/2011
Créditos fiscais diferidos	290.556	98.537
Saldo inicial	-	66.046
Constituições	(148.476)	-
Reversões	-	-
Saldo final	142.080	164.583
Débitos fiscais diferidos	1º Semestre	1º Semestre
Saldo inicial	30/06/12	30/06/11
Constituições	27.117	63
Reversões	(125.335)	-
Saldo final	26.639	2.588

8.2. Composição do ativo fiscal diferido:

	30/06/2012	30/06/2011
Ativos fiscais diferidos	237.603	299.271
Prejuízo fiscal	59.401	74.818
Crédito de imposto de renda sobre prejuízo fiscal - 25%	237.663	300.076
Base negativa de contribuição social	35.649	45.011
Crédito de contribuição social sobre base negativa - 15%	20.525	50.459
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.755	54.057
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	3.965	5.148
Provisão para reclamatórias trabalhistas	27	262
Provisão para despesas administrativas	3.070	109
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	15.487	9.155
Provisão para perda no valor recuperável dos bens não de uso	25.655	-
Provisão para fundo de Investimento em direitos creditórios	(1.193)	-
Ajustes Futuro - DI	18.436	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	796
Perdas em operações de crédito	1.709	1.352
Perdas com títulos de renda variável	114.591	112.183
Outras diferenças temporárias	28.648	28.046
Total de diferenças temporárias	17.189	16.708
Crédito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	25.655	-
Crédito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	4.65%	4.65%
Ajustes Futuro - DI	25.655	-
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	25.655	-
Alíquota de Pis e Cofins	4.65%	4.65%
Total do crédito de PIS e COFINS diferidos	1.193	-
Total do ativo fiscal diferido	142.080	164.583
Circulante	45.179	5.563
Longo prazo	96.901	159.200

8.3. Composição do passivo fiscal diferido

	30/06/2012	30/06/2011
Passivos fiscais diferidos	26.639	2.588
Diferenças temporárias:	26.639	2.588
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	35.363	6.470
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	26.893	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado - 4,65%	(2.895)	-
Total de diferenças temporárias	59.361	6.470
Débito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%	14.840	1.617
Débito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%	8.904	971
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	26.893	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	35.363	-
Base de cálculo do passivo fiscal diferido de PIS e COFINS	62.256	-
Alíquota de Pis e Cofins	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	2.895	-
Total do passivo fiscal diferido	26.639	2.588
Circulante	26.639	2.588

8.4. Estimativa de realização do ativo e passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2012	30/06/2011
Estimativa de realização do ativo fiscal diferido	30/06/2012	30/06/2011
Exercício de 2011	45.178	35.131
Exercício de 2012	35.838	55.735
Exercício de 2013	16.994	62.592
Exercício de 2014	16.994	5.563
Exercício de 2015	16.994	-
Exercício de 2016	10.083	-
Exercício de 2017	142.080	164.583
Estimativa de realização do passivo fiscal diferido	30/06/2012	30/06/2011
Exercício de 2011	26.639	-
Exercício de 2012	26.639	2.588
Total	26.639	2.588
Valor líquido de realização dos impostos diferidos	115.441	161.995

DIRETORIA

Emerson Fernandes Loureiro Diretor Presidente	Fernando Abe Ohara Diretor Vice-Presidente	Adão Carlos de Araújo Diretor	José Antonio Marinho Neto Diretor	José Eduardo Tobaldini Jardim Diretor Vice-Presidente - Contador - CRC - 15P221191/O-1
---	--	---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do Banco Original S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

O valor presente do ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido em 30 de junho de 2012, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 93.747 (R\$ 127.961 em 2011).

8.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2012		30/06/2011	
	Imposto de Renda	Contrib. Social	Imposto de Renda	Contrib. Social
Resultado antes da tributação	283.087	283.087	(172.367)	(172.367)
Resultado de part. em colig. e contr.	(5.690)	(5.690)	3.103	3.103
Outras diferenças permanentes	9.701	9.530	4.305	4.305
Base de cálculo	287.098	286.927	(164.959)	(164.959)
Contribuição social - 15%	-	(43.039)	-	24.744
Imposto de renda - 25% (deduzido dos incentivos)	(71.740)	-	41.240	-
Total de Imposto de Renda e Contrib. Social	(71.740)	(43.039)	41.240	24.744

9. OUTROS VALORES E BENS: Os outros valores e bens estão compostos por imóveis habitacionais retomados pelo não recebimento de créditos oriundos de financiamentos imobiliários no montante de R\$ 3.534 (R\$ 3.168 em 2011) e por outros imóveis recebidos em dação de pagamento de operações de crédito no montante de R\$ 36.945 (R\$ 15.379 em 2011), para os quais foi constituída provisão para perda na alienação desses imóveis nos montantes de R\$ 108 e R\$ 15.380 (R\$ 108 em 2011), respectivamente, cujo valor está apresentado no balanço patrimonial na rubrica "Provisões para desvalorizações".

10. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS:

10.1. Empresa na qual o Banco mantém investimento: a) Matone Promotora Ltda. (Promotora): Constituída em 23 de setembro de 1997, tem como objeto social a prestação e a promoção de serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, que lhe outorgarem mandatos especiais, promovendo o seu controle, organização de cadastro de informações, cobranças extrajudiciais e outras atividades correlatas; representação comercial em comissão; e atividades de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos call center. **10.2. Empresas nas quais o Banco deixou de manter investimentos:** a) Matone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Distribuidora): Em 24 de agosto de 2010 o Banco firmou contrato de compra e venda da totalidade das suas quotas, representativas do controle societário da Distribuidora. Em 07 de fevereiro de 2011 o BACEN aprovou a transferência do controle societário e, a partir desta data a Distribuidora deixou de ser controlada pelo Banco. b) Unimatone Educação Corporativa Ltda. (Unimatone): Em 20 de outubro de 2011 o Banco decidiu pela descontinuidade da Unimatone, tendo em vista que esta empresa não é mais necessária estrategicamente para suas operações. c) Bem-vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A. (Bem-vindo): Em 22 de dezembro de 2009, o Banco adquiriu a valor de mercado 999.998 ações da Bem-vindo por R\$ 128.400, correspondendo a 99,9998% do capital social. O ágio na aquisição das 999.998 ações foi de R\$ 127.564, com fundamento econômico na previsão de resultados futuros conforme laudo de avaliação emitido pela Fator Corporate Consultoria Ltda. Entretanto, em 11 de julho de 2011 foi celebrado um Aditamento Contratual alterando o critério para definição de tal preço, passando a utilizar o critério de valor contábil, em detrimento do critério anteriormente utilizado, de valor de mercado. Em 03 de novembro de 2011, o Banco celebrou com a J&F Participações Financeiras Ltda. (J&F), um contrato de compra e venda de ações, pelo qual a J&F adquiriu 1.000.000 ações ordinárias e nominativas, totalmente subscritas e integralizadas, representativas do controle societário da Bem-vindo. A partir desta data, o Banco deixou de possuir investimentos nesta empresa.

10.3. Informações sobre os investimentos em empresas controladas:

	30/06/2012	30/06/2011
Matone Promotora Ltda.	112.933	20.563
Capital Social	(1.201)	(3.595)
Prejuízo acumulado	9.083	(3.049)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre	120.815	13.919
Patrimônio Líquido	99,99%	100,00%

	30/06/2012	30/06/2011
Situação dos Investimentos	102.697	146.279
Saldo no início do semestre	8.547	-
Aumento de Capital	-	(2.195)
Alienação de Investimentos	9.082	(3.103)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(1.352)
Amortização de Ágio na Aquisição de Investimentos	120.326	139.629
Saldo de Investimento no semestre	120.326	139.629

Em 29 de fevereiro de 2012, o Banco concluiu a alienação do seu investimento na Bem-Vindo, que gerou uma despesa de equivalência patrimonial de R\$ 3.392. A diferença de R\$ 485 entre o patrimônio líquido da Promotora e o saldo do investimento que o Banco possui nesta empresa, refere-se ao deságio na aquisição de quotas ocorrida em julho de 2011.

11. IMOBILIZADO:

	30/06/2012	30/06/2011
Taxa de Depreciação	10%	10%
Imobilizado	1.152	(586)
Depreciação acumulada	566	970
Imobilizado líquido	586	-
Móveis e equipamentos de uso	10%	-
Beneficiários em imóveis	10%	-
de terceiros	10%	-
Sistema de comunicação	10%	634
Sistema de processamento de dados	20%	8.845
Sistema de segurança	10%	62
Sistema de transporte	10%	552
Instalações	10%	277
Outras imobilizações	11.522	(6.538)
Total	4.984	6.167

12. DEPÓSITOS: Classificação e vencimento:

	30/06/2012	30/06/2011
Depósitos	2.061	2.061
Sem vencimento	90 dias	360 dias
Até 90 dias	166.068	259.712
De		